



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

RESENHA SOBRE O CAPÍTULO 23 DO LIVRO RETOMADA DO CRESCIMENTO –DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS - REFORMA E REINVENÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (UMA AGENDA DECENAL)

REVIEW ON CHAPTER 23 OF THE BOOK RETURN TO GROWTH - DIAGNOSIS AND PROPOSALS - REFORM AND REINVENTION OF THE BRAZILIAN STATE (A TEN-YEAR AGENDA)

RESEÑA DEL CAPÍTULO 23 DEL LIBRO VUELTA AL CRECIMIENTO - DIAGNÓSTICO Y PROPUESTAS - REFORMA Y REINVENCIÓN DEL ESTADO BRASILEÑO (UNA AGENDA DECENAL)

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1269>

[GIAMBIAGI, F., & de Almeida Junior, M. F. Retomada do Crescimento: diagnóstico e propostas. Editora Atlas, 350-363, 2017].

Adriano Mello de Andrade¹

1 INTRODUÇÃO

O livro “Retomada do Crescimento: diagnóstico e propostas”, dos autores Fabio Giambiagi e Mansueto Facundo de Almeida Junior (Giambiagi & de Almeida Júnior, 2017), onde se reúnem uma significativa parte dos pensamentos econômicos do Brasil, acerca dos desafios enfrentados e a serem enfrentados no século XXI, percorrendo temáticas desde macroeconomia até áreas de educação, saúde, transportes, dentre outros, exercendo contribuição significativa para o pensamento econômico moderno, bem como propostas de melhorias simples e bem fundamentadas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

Com base na obra supramencionada, o presente manuscrito realiza uma resenha referente ao capítulo 23, acerca do tema “Reforma e reinvenção do Estado brasileiro (uma agenda decenal)”, presente no livro mediante a contribuição dos autores Claudio Porto, Alexandre Mattos de Andrade, Gláucio Neves e Gustavo Morelli.

O artigo apresentado no Capítulo 23 do livro, intitulado “Reforma e reinvenção do estado brasileiro (uma agenda decenal)” buscou dissertar sobre o atual modelo do Estado brasileiro e seu esgotamento no decorrer dos anos, visando evidenciar a necessidade de uma reforma do modelo adotado, tendo em vista a retomada do crescimento da Economia, bem como no aprimoramento Estatal.

2 RESENHA CRÍTICA

No capítulo 23 da obra em comento, foram tratadas as principais causas e evidências que levam os autores a verificar a urgência na reforma do Estado, tendo em vista a pouca efetividade na formulação e implementação das Políticas Públicas, e ainda, na qualidade do gasto público. Esse gasto, apesar de aumentar significativamente no decorrer dos anos, não apresentam níveis de eficiência que justifiquem tais aumentos, ou seja, mesmo com o aumento dos gastos públicos em funções essenciais como saúde, educação e segurança pública, os aumentos não são refletidos nos indicadores de produtividade.

Na mesma toada, verifica-se o alto custo do Poder Legislativo quando comparado a outros, sendo a cada R\$ 100,00 gerados de bens e serviços, R\$ 0,19 são consumidos para manter o Legislativo, valores estes até dez vezes maior que os países pesquisados. No caso do Poder Judiciário, o gasto per capita chega a ser até 7,9% maior que em outras Nações (Brasil, 2016).

Toda essa gama de gastos, sem a devida contrapartida econômica, na opinião dos autores, acabará levando o Brasil a insolvência no caso de não serem adotadas medidas estruturais e de ajuste fiscal e financeiro, tendo em vista a crise já instaurada no cenário nacional.

Neste sentido, visto serem as evidências tão elucidadoras da pouca efetividade do Estado no atual modelo, sugerem-se propostas de reformas que, exigiriam um esforço Estatal no sentido de planejamento, implementação gradual e operação de um “Estado Moderno”, totalmente adequado, na opinião dos autores, à realidade do Brasil.

Sendo assim, são sugeridas reformas tanto estruturais como legais no estado, desde reforma do Pacto Federativo, no Sistema tributário, de Financiamento do gasto público,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

organização, funcionamento e gestão das políticas públicas e dos serviços públicos, reforma de pessoal (com o fortalecimento do espírito público, profissionalização, inovação, meritocracia e eliminação de privilégios) e a ideia do Governo eletrônico, no sentido de digitalização, virtualização e novos padrões de relacionamento do Estado com a sociedade.

Para alcançar o objetivo proposto, os autores sugerem uma estratégia de implantação inspirados no Plano Real, com um projeto de reforma radical, porém de forma gradual, propiciando aprendizado social, técnico e político, bem como os ajustes que se fizerem necessários no decorrer do caminho da implantação.

Por derradeira, lecionam os autores que, para atingir os anseios, deve-se consolidar um plano robusto reforma, primeiramente organizando grupos com as melhores mentes interdisciplinares do mercado no intuito de organizar os conhecimentos atuais e os fracassos já vividos, visando a um plano referência para a implementação de uma reforma substancialmente forte e efetiva no decorrer dos anos (proposta de longo prazo).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversos pontos críticos abordados pelos autores, no sentido de evidenciar a fragilidade atual do Estado, onde suas complexas Instituições e legislações acabam por punir a própria máquina estatal no decorrer de décadas de direitos e obrigações que, na atualidade podem ser vistas como insustentáveis do ponto de vista econômico.

Os autores bem descrevem as causas do esgotamento do Estado brasileiro, sendo as citadas pelos autores a insustentabilidade do contrato social estabelecido pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a captura do Estado por grupos corporativos e as ineficiências da gestão pública como um todo.

Os pontos listados acima realmente colaboram de forma significativa para a ineficiência do Estado como um todo e em sua crise econômica, porém há de se ressaltar que a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) é um marco de direitos fundamentais e humanos, não devendo ser alvo de retirada de garantias, mas somente de reformulações que possam adequar a realidade do Brasil à grave crise econômica instaurada.

Dito isto, deve-se sim realizar uma reforma pontual no estado brasileiro, porém resguardando os direitos fundamentais quanto ao trabalhador, somente realizando adequações de forma que desonere gradualmente os cofres públicos. Por fim, o artigo é de grande contribuição no sentido de ter realizado diagnóstico da situação atual do Estado Brasileiro, verificando-se a necessidade de reforma, visando restaurar a economia, enxugar a máquina estatal, dar maior eficiência, efetividade, transparência e economicidade aos gastos públicos, por meio de ações planejadas, bem delineadas, executadas de forma gradual, com vistas ao aprendizado social, técnico e político, para que só assim o desenvolvimento econômico possa voltar a ser uma realidade vista por todos no Brasil (Brasil, 2016).



4 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. (2016). Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade do Brasil: Diagnóstico sistemático de País. Brasil.
- GIAMBIAGI, F., & de Almeida Júnior, M. F. (2017). Retomada do Crescimento - Diagnóstico e propostas. Brasil: Atlas.